



ACÓRDÃO Nº316/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12138/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Juruá
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Emanuel Carvalho
- 6- **Advogado:** Ayanne Fernandes Silva - OAB/AM 10351 e Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6807/2022-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator Substituto:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Juruá. Exercício de 2021.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ofício. Ciência. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Mário José de Moraes Costa Filho, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Emanuel Carvalho**, responsável pela Câmara Municipal de Juruá, atinentes ao exercício financeiro de 2021, na forma do art. 22, III da Lei n.º 2423/96;
- 11.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Emanuel Carvalho**, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com esteio no art. 54, II, "b", da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, II, "b", do RI-TCE/AM, devido à sonegação de processo ou documento, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para



ACÓRDÃO Nº316/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 11.3. Considerar em Alcance ao Sr. Emanuel Carvalho**, no montante total de **R\$ 13.834,50** (treze mil, oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), nos termos do artigo 304, inciso I c/c inciso III, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, em razão dos serviços e obras supostamente pagos e executados, porém não identificados *in loco*, de acordo com a Restrição 1.2.1 (ACHADO 16) do Relatório Conclusivo nº 189/2022 - DICOP (fls. 463/468). Ressalta-se que o mencionado valor do alcance imposto deve ser recolhido na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Juruá, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução nº 04/2002. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**, e, caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02). Determinar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações impostas ao Sr. Emanuel Carvalho, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/02;
- 11.4. Determinar** com fulcro no art. 40, VIII, da Constituição Estadual, à atual gestão da Câmara Municipal de Juruá que encaminhe, por meio do sistema eContas GEFIS, tempestivamente e corretamente, os dados exigidos pela Lei Complementar nº 06/91, sob pena, em caso de descumprimento injustificado, de desaprovação de vindouras Contas;
- 11.5. Oficiar** o eminente Ministério Público do Estado do Amazonas para que, diante dos fatos identificados durante a gestão do **Sr. Emanuel Carvalho**, adote, se assim entender, medidas cabíveis;
- 11.6. Dar ciência** do desfecho destes autos ao **Sr. Emanuel Carvalho**, aos seus patronos e à atual gestão da Câmara Municipal de Juruá;



ACÓRDÃO Nº316/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

11.7. Arquivar o presente processo, após cumprimento de decisão, nos termos regimentais.

12- Ata: 5ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 28 de Fevereiro de 2023.

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Mário José de Moraes Costa Filho.

15- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator, em substituição

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição